

---

## **PROGRAMA DE GOVERNO PARANÁ DA ESPERANÇA**

### **MANIFESTO: o Paraná para o povo do Paraná**

A frente política “Federação Paraná da Esperança”, composta pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Partido Comunista do Brasil e pelo Partido Verde, apresenta-se neste pleito com o objetivo de recolocar a população paranaense no centro da atenção da ação governamental. Causa indignação o descaso das últimas gestões e suas alianças sem transparência com a elite econômica para garantir-lhes a concentração de renda às custas da redução da qualidade de vida do conjunto da população. Mais do que isso, nos colocamos neste pleito porque a experiência vivida por este grupo nos governos de LULA e REQUIÃO já demonstrou a viabilidade de um governo sério na condução das coisas do Estado: ao mesmo tempo comprometido com seu desenvolvimento e cuidadoso com sua população. Nossa experiência será fundamental neste momento da história em que a própria democracia encontra-se em risco. Colocamo-nos neste pleito, portanto, para orientar a força e a capacidade da população paranaense na construção de uma sociedade mais fraterna.

Dois campos se desenham claramente nesta eleição, que se configura como uma das mais importantes da história brasileira. Nela, decidiremos se o Brasil irá refazer o pacto democrático que resultou na Constituição de 1988 ou se abraçará a via autoritária e neoliberal que, desde 2018, se consolidou como alternativa e obstáculo à via democrática.

De um lado, está a democracia, que não se reduz à formalidade das eleições periódicas, mas envolve um compromisso do Estado com a produção de igualdade social e com o combate às formas de opressão e violência que perpassam o campo social – um Estado, portanto, que não apenas é capaz de ouvir e atender as demandas sociais, como também de desenhar e sustentar a sociedade como um campo de interação solidária e criativa.

Do outro lado, na contramão deste projeto, está aquele que reduz o Estado a uma empresa, cuja eficiência se mede em função de sua capacidade de gerar lucros aos seus investidores em troca de prestação de serviços a baixo custo, e que reduz a sociedade a um conjunto de indivíduos cuja forma de vinculação – se opressiva e desigual ou livre e solidária – pouco importa. Os resultados desse tipo de gestão são evidentes: acirramento da violência e da miséria, sucateamento das escolas e dos espaços de cultura, degradação do meio ambiente e das cidades, precarização dos serviços de saúde e, no limite, o abandono de um projeto coletivo de desenvolvimento.

Diante desse cenário, é urgente retomar o caminho da democracia, que é também o da solidariedade e o do cuidado com o público.

Em vista disso, este documento expressa o compromisso da frente política Federação Paraná da Esperança – PT, PCdoB e PV – com a reconstrução do estado do Paraná, movida pelo amor aos paranaenses e pela indignação de ver nosso estado sequestrado pelos interesses da elite econômica.

O projeto neoliberal que orientou as ações das últimas gestões no Paraná não significou apenas a renúncia ao potencial do estado em promover desenvolvimento com justiça social e equilíbrio ambiental. Significou, principalmente, colocar o estado do Paraná a serviço da concentração de renda nas mãos de uma minoria, através de uma estrutura tributária injusta, de isenções fiscais sem transparência, de tarifas públicas preocupadas apenas com o interesse dos acionistas das empresas, do endividamento do estado, da política de juros altos e da redução criminosa das políticas sociais. Um “estado mínimo” que só é mínimo para a população trabalhadora, mas muito ativo na defesa dos interesses dos ricos.

Queremos apresentar ao povo paranaense uma alternativa para recolocar o Estado do Paraná no caminho do desenvolvimento justo, solidário, sustentável e criativo. Queremos construir conjuntamente um projeto que agregue todas as forças políticas e sociais comprometidas com a democracia e com um

desenvolvimento solidário, que não abandone os paranaenses no caminho, mas que consiga resgatar a esperança e a criatividade do nosso povo.

Para isso, precisamos superar o modelo que levou nossa população à beira do desespero, com a volta da fome, do desemprego, da inflação, que está destruindo o patrimônio público, entregando as empresas que foram centrais no desenvolvimento do estado do Paraná para o enriquecimento de determinados grupos, que desdenha do sofrimento do nosso povo, do endividamento e do desalento das famílias, e que destrói nosso meio ambiente, favorecendo a ganância dos grupos empresariais parceiros do poder.

Temos consciência de que esta tarefa não pode ser realizada apenas pelo governo. É preciso reacender a esperança no coração dos(as) paranaenses e fazê-los(as) acreditar que, juntos e juntas, é possível superar essa profunda crise social, econômica e humanitária em que a política neoliberal e negacionista nos colocou.

Se o Estado não pode realizar tudo sozinho, ele pode ser o principal estimulador dos acordos e parcerias multissetoriais necessários para a reconstrução do Paraná. O governo deve recuperar sua capacidade de ser o planejador e indutor do processo de desenvolvimento através de projetos a serem construídos em permanente diálogo com todos os setores da sociedade paranaense.

Fundamentalmente, queremos um estado que cresça sem esquecer-se do seu povo, que coloque a grande população trabalhadora no orçamento e que reorganize as políticas sociais para fazer acontecer no Paraná o acesso aos direitos previstos em nossa Constituição, por meio de decisões políticas corajosas e inovadoras, que venham a dar materialidade à justiça social.

Queremos demonstrar que se o Estado for colocado a serviço da população e não contra ela, a responsabilidade administrativa e fiscal é plenamente compatível com o bem-estar da maioria da população. Queremos, assim, manifestar com firmeza nosso compromisso com a superação das graves desigualdades sociais e regionais que ainda persistem em nosso estado, rompendo com o ciclo de

concentração de renda e reprodução da pobreza e colocando o governo a serviço da população mais vulnerável.

O governo do estado do Paraná deve ser indutor de um ambiente que proporcione a ampliação dos espaços de cidadania, não apenas do ponto de vista das oportunidades econômicas, mas do ponto de vista mais amplo, do enfrentamento dos preconceitos, discriminações e estigmas gerados pelo ódio provido pelas políticas atuais, da promoção de um ambiente fraterno e de solidariedade em que os (as) paranaenses tenham oportunidades de crescimento pessoal e cultural, além de econômico.

Roberto Requião sempre esteve comprometido com esse projeto e volta a candidatar-se ao governo do estado do Paraná, neste momento agudo da história brasileira, com o firme propósito de resgatá-lo.

## **INTRODUÇÃO AO PROGRAMA DE GOVERNO**

Este documento expressa o projeto político de uma frente. Neste momento, ele não pretende ser completo, uma lista exaustiva de ações a serem realizadas. Trata-se, mais propriamente, de princípios que norteiam nossa visão do papel do governo na produção de um plano de desenvolvimento para o Paraná. Nesse sentido, ele é um documento que será submetido à discussão durante a campanha e deverá, necessariamente, ser modificado em razão desse diálogo com a sociedade paranaense.

Ao final do processo eleitoral, o resultado dessa discussão deverá ser encaminhado, de modo a integrar os instrumentos que compõem o nosso modelo orçamentário e para compor o planejamento governamental do estado do Paraná. Este documento está estruturado pelos princípios esboçados no manifesto, articulados em três eixos de ação: “Cuidado com as pessoas e com as famílias”; “Gestão de Governo eficiente e democrática”; e “Desenvolvimento Econômico e Territorial” do Paraná.

Ele é o resultado preliminar das discussões ocorridas com grupos de especialistas e militantes ligados a diversas áreas da sociedade e filiados ou simpatizantes dos partidos que integram a Federação Paraná da Esperança – PT, PCdoB e PV. São contribuições de diferentes autorias, que expressam as inquietações em diferentes áreas de atuação. Por ser um documento preliminar que submetemos à discussão, estamos confiando na inteligência social e no processo democrático para chegar à forma definitiva do programa. Queremos que a elaboração coletiva do plano de governo seja um exercício do modelo democrático e participativo de gestão que estamos propondo à sociedade paranaense. Nesse sentido, todas as observações e discussões serão bem-vindas. Boa leitura.

## **I. O CUIDADO COM AS PESSOAS E AS FAMÍLIAS**

### **EDUCAÇÃO**

A educação é o pilar da democracia e o Estado tem a responsabilidade de ofertá-la para todos e todas. A educação precisa ser organizada, planejada e avaliada em toda a sua amplitude, da creche ao ensino superior e em todas as suas abrangências. É nas instituições escolares que se produz e reproduz a sociedade. Por isso, defendemos uma escola pública e inclusiva, laica, gratuita, de qualidade socialmente referenciada e, portanto, democrática.

É por meio da educação que crianças, jovens, adultos e idosos têm a possibilidade de aprender e conviver, desenvolver caminhos e projetos de sociedade, gerar valores, cuidar de si e dos outros, dar e criar oportunidades, promover a cidadania, preparar-se para o mundo do trabalho, transformar-se e transformar a sociedade.

A escola deve ser inclusiva porque o direito à educação é de todos e todas e de cada um(a). Ninguém pode ficar de fora, já que é por meio da educação que se distribuem as capacidades e se criam oportunidades justas de

aprimoramento ético, profissional e político. Sem o acesso universal ao sistema de educação, não há justiça social.

Hoje, contudo, no estado do Paraná, impera a lógica empresarial neoliberal na gestão da educação, pautada pelo cumprimento de metas e resultados, produzindo um ambiente de competição, em que muitos são deixados para trás, de modo oposto ao princípio de solidariedade, de cooperação e de trabalho coletivo.

A autonomia dos docentes, gestores escolares e equipes pedagógicas tem sido duramente restringida, pois investiu-se em tutorias pedagógicas, em que conteúdos didáticos e modelos de gestão empresariais são preparados por empresas privadas, que encontram nisso um negócio lucrativo.

Para piorar o cenário, mas de modo coerente com este projeto de esvaziamento da vida nas escolas, algumas delas foram militarizadas, na aposta de que a imposição e a aceitação irrefletida da autoridade e da disciplina pudessem oferecer soluções para os problemas enfrentados na vida escolar. Se, por um lado, a disciplina militar pode ser importante quando o objetivo é manter um exército de prontidão para a defesa do país, por outro, em nada contribui – ao contrário, faz obstáculo – para a formação para a cidadania, na medida em que esta requer o estímulo à autonomia, à criatividade, à capacidade crítica e discursiva dos(as) jovens cidadãos(ãs). Defendemos a escola cidadã e educadora, com o objetivo de formação coletiva *de e para todos* os cidadãos e cidadãs, como forma de enfrentar os problemas sociais.

Para resgatar a dignidade da educação, tão aviltada nos últimos governos, é preciso começar por reconhecer o valor e a importância de seus profissionais. Isso passa, antes de tudo, por oferecer-lhes contratos, salários e condições dignas de trabalho.

Na defesa do direito universal à educação, é imprescindível reafirmar o compromisso de garantir, por meio de políticas especialmente voltadas para este fim, o acesso e a permanência na educação básica a todas as crianças,

adolescentes, jovens, adultos(as) e idosos(as) que hoje estão fora da escola – porque não acessaram, porque abandonaram ou foram excluídos pelo processo escolar –, por meio dos seguintes programas:

- Continuidade e ampliação das ações de alfabetização de jovens, adultos(as) e idosos(as), até que se alcance a superação do analfabetismo no estado do Paraná;
- Apoio e articulação dos sistemas de ensino para a oferta de creches, educação infantil e ensino fundamental para os anos iniciais;
- Retomada e organização dos anos finais do ensino fundamental, com o devido atendimento de qualidade aos adolescentes e jovens dessa etapa tão menosprezada e abandonada da educação básica;
- Expansão progressiva do ensino médio sob a responsabilidade do estado, considerando a não dissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade, com a retomada das discussões e propostas de organização do novo ensino médio;
- Garantia dos espaços físicos das escolas estaduais e municipais para o atendimento das demandas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como da oferta de EJA para estudantes com deficiências múltiplas, em todos os turnos, assim como garantir o ensino médio noturno, com qualidade, adequado às necessidades e características dos(as) estudantes trabalhadores(as);
- Expansão progressiva do ensino técnico-profissional, capaz de assegurar aos nossos jovens uma formação profissional que lhes possibilite a inserção no mercado de trabalho, tendo como eixos a formação integral, a politecnia, a concepção do trabalho como princípio educativo e a articulação entre esta modalidade de ensino e a Educação Básica, por meio da diversificação da oferta dos cursos de

Educação Profissional a partir de uma análise rigorosa de quais cursos são demandados em cada região do estado.

- Ampliação da oferta de escolas públicas do Campo, com turmas e turnos que atendam aos diferentes níveis, modalidades e contextos, com atenção especial às escolas em territórios tradicionais – escolas nas Ilhas, nos territórios faxinalenses, territórios quilombolas e terras indígenas –, evitando-se a nuclearização, bem como a implementação de programas voltados para a ampliação do acesso e permanência na educação de grupos específicos, como LGBTQIA+ não alfabetizados(as), estudantes hospitalizados(as), discriminados(as) e minorias vulneráveis;
- Reconquista da atenção, dos investimentos e da qualidade que distinguiram o sistema de ensino superior paranaense – que se estende por, praticamente, todas as regiões do estado – e que, hoje, encontra-se sucateado por meio de políticas de desmonte das Instituições de Ensino Superior (IES). A expansão da oferta de vagas públicas nas IESs e a elaboração de um conjunto de medidas que possibilite o exercício da autonomia universitária, combinada com o estabelecimento de recursos mínimos para infraestrutura física são passos fundamentais para essa retomada;
- Garantia da oferta inclusiva para estudantes com deficiência, conforme previsto no artigo 59, inciso III da LDB, assim como garantir processos de recuperação educacional concomitante à educação regular, para que aqueles que enfrentam dificuldades no processo escolar possam ser acolhidos, e seus déficits de aprendizagem, superados.
- Para a concretização de todos os desafios do amplo sistema de ensino, aponta-se para a atenção aos programas de licenciatura e de



formação de profissionais da educação, área carente de valorização e de apoio.

Todas essas ofertas são urgentes e tornam-se uma política pública prioritária quando se leva em conta as consequências da pandemia do Coronavírus, que, dada a inoperância de grandes iniciativas de caráter nacional, aprofundou a exclusão escolar e a defasagem de aprendizagem. Para enfrentar esse desafio, propõe-se um grande movimento social de resgate das lutas educacionais pelo acesso, permanência e qualidade do processo educacional com, inclusive, a criação de programas para atender essas novas demandas que se comparam aos quadros já superados há mais de 50 anos na história educacional do país e do estado do Paraná..

Para a garantia da formulação democrática das políticas educacionais, é preciso ampliar as formas de colaboração entre os diferentes sistemas de ensino a partir de uma Lei do Sistema de Ensino Estadual, e reafirmar o compromisso com a realização das conferências Municipais, Regionais e Estaduais de Educação, conforme previsto nos Planos Nacional e Estadual de Educação, bem como o compromisso de um amplo debate social para os próximos planos decenais de educação.

Papel importante na implementação das políticas é o fortalecimento dos Núcleos Regionais de Educação (NREs) enquanto órgãos da administração da Secretaria Estadual de Educação (SEED) que, em estruturas administrativas e pedagógicas de qualidade, com quadros multiprofissionais, atuam como facilitadores da comunicação, do acompanhamento e implantação das políticas educacionais, formuladas num processo democrático de diálogo e participação.

A democratização da educação requer, ainda, que se definam os recursos nela investidos através de um processo de debate com a comunidade e orçamento participativo, garantindo a transparência das informações sobre os valores aplicados, através de conselhos paritários. Concomitantemente, é importante

garantir recursos públicos descentralizados, repassados diretamente às escolas, para que sejam administrados segundo as demandas específicas. Igualmente, é importante incentivar e garantir os instrumentos de exercício da democracia no interior das escolas, como a eleição de diretores a cada 4 anos, o fortalecimento dos grêmios estudantis, a realização de assembleias e conferências em vista da construção de uma cultura escolar emancipatória e de ampla participação. A defesa da criação e manutenção dos espaços coletivos, como Conselhos Escolares, Associações de Pais, docentes e funcionários, que atuam de forma decisória nos planos de gestão, planos institucionais, projetos político-pedagógicos, planos de trabalho docente e demais atividades de currículo, de gestão, organização, planejamento e avaliação.

Cabe ressaltar que o Estado precisa garantir um currículo básico pautado pela ciência, cultura, trabalho e tecnologia, considerados como eixos da formação da diversidade das dimensões da formação humana. Deve zelar também pela presença das disciplinas humanísticas na organização curricular e de conteúdos que incluam tradições e valores referentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira, e possibilitar a inserção de uso e produção de novas tecnologias educacionais.

Não se pode descuidar do processo de formação dos(as) estudantes, traduzidos em currículos que articulem o atendimento das áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, esporte, arte, cultura, meio ambiente e lazer, fazendo da escola um espaço vivo e plural. Dentre outras ações nesse sentido, é de suma importância garantir programas de atuação nas escolas e comunidades, com o apoio de formação inicial e continuada, para a promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes e prevenção das DST/AIDS, alcoolismo, drogas, depressão e estresse, em sua interface com a diversidade sexual, as questões de gênero, etnia e geracional. Propõe-se, ainda, o cuidado com a saúde e o combate à fome, com a oferta de merenda escolar de qualidade, através da aquisição dos alimentos da agricultura familiar a preço justo, transporte escolar,

material didático e paradidático e programas complementares para a garantia de uma educação para todos(as).

O passo adiante é a escola de educação integral com tempo ampliado, proporcionando uma escola que ofereça seus espaços educativos, que esteja presente nos espaços sociais, nas comunidades e nas cidades, demonstrando a efervescência da vida estudantil e socializando o trabalho produzido pelos diferentes profissionais que atuam no processo formativo dos(as) estudantes, além da organização de eventos, festivais, feiras e projetos com a comunidade.

Sem desvincular a educação da base de defesa da ciência, é importante restabelecer o papel da Fundação Araucária no fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, por meio de políticas de apoio a projetos de pesquisa e extensão que tenham impactos sociais e deem suporte ao setor produtivo do estado.

## **SAÚDE**

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um direito de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros(as). É dever do Estado ofertar ações e serviços de saúde de qualidade, posicionando o usuário como protagonista no cuidado em saúde. Entretanto, o estado do Paraná não tem cumprido o direito constitucional dos paranaenses. Reconstruiremos e ampliaremos as políticas públicas de saúde, desvalorizadas e desmontadas pelo atual governo, com foco no fortalecimento do SUS. Nossa intenção é que todos os paranaenses tenham acesso à saúde integral, de qualidade no tempo oportuno.

### **Gestão do SUS**

Observando o Relatório de Gestão da Secretaria de Estado da Saúde – SESA/PR/2021 (RAG), destaca-se que das 126 metas avaliadas, quase 40% não foram atingidas (36,5%) e 22 parcialmente atingidas (17,5%). Isso significa que

houve uma paralisação na atuação da saúde, sobretudo no enfrentamento da Covid-19, pelas autoridades. A Secretaria Estadual da Saúde (SESA) limitou-se a ampliar o número de leitos de UTI e enfermarias, não conseguindo pactuar diretrizes para as ações e serviços de saúde dos municípios, além de não apoiar tecnicamente a gestão local.

Em relação ao financiamento, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) produziu um estudo referente ao gasto com saúde, constatando que, dos 26 estados da federação, o Paraná ficou na 24ª colocação, ou seja, na antepenúltima posição entre os estados brasileiros com investimento em saúde nos anos de 2019 a 2021. A participação na despesa com pessoal foi de 19,37%, o que denota a diminuição da equipe técnica de saúde que, ao longo do tempo, vem se aposentando sem reposição da força de trabalho pelo estado do Paraná. Destaca-se que o gasto com aquisição de medicamentos representa apenas 0,84% do orçamento, enquanto que o percentual de gasto com serviços de terceiros foi de 41,08%.

A SESA criou a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná (FUNEAS) em março de 2014, com a finalidade de desenvolver, nas esferas ambulatorial e hospitalar, ações e serviços de saúde nas unidades próprias da SESA. A FUNEAS faz gestão de doze hospitais próprios da SESA, além da Escola de Saúde Pública (ESPP) e do Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI). Entretanto, observa-se a precarização na forma de contratação das equipes de saúde. Os serviços destas unidades vêm sendo desmontados e preparados para um processo de privatização. O Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) também vem sofrendo um processo de esvaziamento e desmonte. A falta de reposição dos servidores em razão da aposentadoria dos seus quadros, que são extremamente qualificados, vem dificultando e paralisando o seu funcionamento.

Essas informações apontam para uma gestão fragmentada, sem monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde, com pouca articulação com a gestão municipal. Além do mais, vivenciamos os efeitos negativos e

irreversíveis da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 que congela o financiamento federal do SUS por 20 anos, repercutindo significativamente na saúde da população.

Desta forma, propomos:

- Investir fortemente na democracia institucional, criando espaços de diálogos entre a gestão e a equipe técnica;
- Fortalecer o planejamento com a previsão de metas, indicadores, além do monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde;
- Buscar ampliar o orçamento do tesouro estadual, nos quatro anos, de 12% para 14%;
- Qualificar os gastos com saúde, com critérios definidos, referenciados nas necessidades de saúde, bem como no planejamento;
- Fortalecer o repasse aos municípios, fundo a fundo, para a qualificação da Atenção Básica, por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs) e a organização das regiões de saúde e da rede de atenção à saúde;
- Implementar um sistema de informação que seja fidedigno e integrado a todas as áreas da SESA, bem como aos municípios paranaenses;
- Fortalecer o Conselho Estadual de Saúde como espaço de deliberação das políticas de saúde do Paraná e de participação da sociedade civil;
- Fortalecimento da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), visando estreitar as relações interfederativas e o compromisso com a solidariedade e a cooperação com os municípios;

- Implementar uma política estadual de Gestão do Trabalho com vistas à valorização do trabalho e do(a) trabalhador(a) da saúde, fortalecendo o espaço de trabalho como um lugar propício para o desenvolvimento da criatividade e iniciativas das equipes na solução dos problemas;
- Instituir a Mesa Estadual de Negociação do Trabalho na SESA para a mediação dos conflitos inerentes às relações de trabalho no SUS;
- Fortalecer o plano de cargos e salários para os trabalhadores da SESA, com promoção e ascensão na carreira;
- Implementar uma política de educação permanente aos trabalhadores e trabalhadoras da SESA, visando a qualificação da força de trabalho em saúde, com a contribuição efetiva da Escola de Saúde Pública do Paraná e das Universidades.

### **Atenção à Saúde**

Com a fragmentação e a desarticulação com o SUS municipal, por falta de coordenação do sistema por parte da SESA, o Paraná sofreu um retrocesso nas ações e serviços de saúde.

A Razão de Mortalidade Materna (RMM) no Paraná apresentou um crescimento significativo. O número de mortes maternas, afetado sobretudo pelas mortes de gestantes e puérperas por Covid-19, triplicou, passando da taxa de 40,0 por 100.000 nascidos vivos, em 2020, para 120,3, em 2021.

Em função da mudança do perfil epidemiológico, percebe-se a predominância das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tais como hipertensão arterial, diabetes, causas cardiovasculares, cânceres etc., as quais ocorrem, sobretudo, nos estratos sociais mais baixos. Além disso, há uma mudança

considerável na pirâmide etária, a qual demonstra que a faixa etária dos jovens tem caído, enquanto, a dos idosos, tem subido significativamente.

Assim, torna-se necessário o investimento no fortalecimento e qualificação da Atenção Básica (AB) no SUS, a qual tem o papel de desenvolver ações de promoção da saúde, além de cuidar das pessoas acometidas com as principais doenças e, sobretudo, das DCNTs e da população idosa. Estudos confirmam que 80% dos problemas de saúde de uma comunidade podem ser resolvidos no âmbito da Atenção Básica. Assim, propomos:

- Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde, aumentando a cobertura das Equipes de Saúde da Família (ESFs) de 65% para 80% nos quatro anos de Governo, com aporte financeiro da Secretaria Estadual de Saúde (SESA);
- Implementar a integração da Atenção Básica (AB) com a Vigilância em Saúde e com os outros níveis de atenção da rede por meio das ações de supervisão, de matriciamento e pesquisa, com o fortalecimento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF);
- Fortalecer a Atenção Básica para que seja resolutiva, sendo coordenadora do cuidado e ordenadora da rede de atenção à saúde, bem como sendo capaz de articular-se com as demais políticas públicas locais (Educação, Assistência Social, Conselho Tutelar, Cultura, entre outros), visando impactar os determinantes sociais da saúde;
- Ampliar as equipes multiprofissionais (médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, dentistas, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos, Agentes Comunitários de Saúde – ACSs – e Agentes de Combate às Endemias – ACEs –, entre outros) na Atenção Básica, com a contribuição da SESA nas estratégias para a contratação.

- Incentivar às práticas integrativas e terapias complementares na Atenção Básica;
- Investir em reformas e ampliação das unidades básicas de saúde com ambiência e acolhimento humanizado;
- Instituir uma Rede Estadual de Controle de Doenças e Emergências Sanitárias, envolvendo a gestão municipal, universidades e institutos de pesquisa, com a responsabilidade de coordenar, de forma integrada, as respostas às emergências sanitárias, preparando-se antecipadamente para o surgimento de novas emergências sanitárias de Saúde Pública, evitando a repetição dos graves erros ocorridos no enfrentamento da pandemia da Covid19;
- Estruturar as equipes dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs), com a contratação de equipes multidisciplinares para as ações de Vigilância e Atenção da Saúde do Trabalhador;
- Implementar a linha de cuidado de saúde bucal, com base no Programa Brasil Sorridente, garantindo o acesso às ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal;
- Incentivar a realização da estratificação de risco e o planejamento, visando a organização das ações e serviços de saúde na AB;
- Fortalecer o Telessaúde no Paraná, visando melhorar a qualidade do atendimento e da atenção básica no SUS, integrando ensino e serviço e permitindo o atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, de consulta, de monitoramento, diagnóstico e acompanhamento médico durante o tratamento ou após a cirurgia;



- Fortalecer o cuidado farmacêutico na Atenção Básica com a aquisição e dispensação de medicamentos, visando ampliar o acesso da população ao cuidado integral;
- Potencializar a capacidade diagnóstica e terapêutica da Rede Básica através da telemedicina, da aquisição de equipamentos e do acesso das unidades, em tempo hábil, a exames de imagem e laboratoriais, do apoio das equipes do NASF, entre outras tecnologias e formas de organização da Atenção Básica, para diminuir o encaminhamento de pacientes às especialidades;
- Fortalecer as regiões de saúde como espaços potentes de articulação e organização das ações e serviços de saúde, retomando o Planejamento Regional Integrado (PRI), a fim de garantir o acesso resolutivo da população, em tempo oportuno e com qualidade;
- Construir, junto com os gestores municipais, as linhas de cuidado, com base nas necessidades de saúde dos territórios, com destaque para a saúde bucal, a saúde do idoso, a saúde integral da mulher, a saúde mental, a saúde da criança e do adolescente, a saúde da população indígena, a saúde da população em situação de rua, a saúde da população negra, bem como as linhas de cuidado para as emergências dos principais agravos, como as emergências cardiológicas, as emergências obstétricas, as emergências neurológicas, os traumas etc.;
- Organizar e articular os complexos reguladores existentes no Paraná, com vistas ao encaminhamento do usuário, buscando oportunizar a referência e a contrarreferência no tempo oportuno;
- Buscar estratégias para a organização do transporte sanitário nas regiões de saúde;

- Implementar o Prontuário Eletrônico integrado à Rede SUS e desenvolver softwares necessários ao fortalecimento do processo de regionalização;
- Retomar as cirurgias eletivas, visando dar fim à imensa lista de espera dos usuários do SUS;
- Criar um Comitê Gestor para debater estratégias e o monitoramento das ações, visando o alcance das metas previstas de cobertura vacinal no Paraná;
- Assegurar compromisso político e recursos para o fortalecimento do Programa de Hanseníase no Paraná;
- Implementar o Programa Mais Especialidades no Paraná, visando dar fim aos vazios assistenciais de consultas especializadas (otorrino, psiquiatria, ortopedia, oncologia, entre outros), bem como para ofertar atendimento às síndromes pós-Covid, evitando assim a aflição e o sofrimento da população paranaense;
- Incluir os Consórcios Intermunicipais de Saúde na Rede de Atenção à Saúde, com regulação das consultas especializadas no âmbito do SUS;
- Estimular a regionalização da atenção hospitalar, com abrangência territorial e populacional, em consonância com as pactuações regionais, organizando a rede hospitalar e reestruturando o papel dos hospitais de pequeno porte;
- Investir em novas tecnologias para aperfeiçoamento de diagnósticos e tratamentos, visando melhorar as condições de vida e de saúde da população;
- Estabelecer um plano de ação com definição de metas, responsabilidades, recursos financeiros e de pessoal, com vistas a

adequar o atendimento aos presos com comprometimento da saúde física e mental em estabelecimentos como o Complexo Médico Penal.

## **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A política de Assistência Social é uma política essencial para viabilizar a proteção social universal no Brasil e no Paraná para toda a população – em todos os municípios, no campo e na cidade –, com a adoção de estratégias que reduzam as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero, considerando as diversidades, os ciclos de vida e combatendo as violações que afetam a população que vive em territórios mais precarizados. Os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social viabilizam o fortalecimento de vínculos sociais, familiares e comunitários; facilitam o acesso das(os) cidadãs(ãos) ao sistema de proteção social; promovem a cidadania e o empoderamento de grupos sociais e indivíduos vulnerabilizados, dentre outras aquisições.

No estado do Paraná, ocorreu um grave retrocesso em todos os sentidos: desorganização, implantação de programas pontuais, exclusão de milhares de pessoas, sucateamento das estruturas administrativas regionais, além do desmonte de políticas voltadas à agricultura familiar, assistência social e segurança alimentar inauguradas no governo Requião.

No início da pandemia de Covid-19, tínhamos 3,3 milhões de pessoas elegíveis para o Auxílio Emergencial, mas apenas 1.812.029 famílias acessaram o benefício. Na transição do Auxílio Emergencial para o Auxílio Brasil, milhares de pessoas ficaram sem renda. Há mais de 552 mil pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Cadastro Único (MC, 2021); 514 mil pessoas acessaram o Auxílio Brasil, mas mais de 1 milhão e 298 mil pessoas não tiveram acesso ao benefício. Isso é resultado de ações pontuais e desorganizadas por parte dos atuais governos estadual e federal!

Vamos compor uma agenda nacional e estadual de políticas emergenciais para erradicar a fome e a pobreza, mediante um PROGRAMA que integre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) às demais políticas sociais, ambientais e econômicas, de modo a impactar, imediatamente, nos processos que produzem a fome, a pobreza e as desigualdades. Vamos reconstruir o SUAS no Paraná, com garantia de serviços e benefícios que permitam que cada cidadão e cidadã, povos e populações tenham proteção social. O SUAS será reconstruído, como um sistema democrático e com financiamento em volume suficiente para uma proteção social universal, já que o atual governo destina pouco mais de 6 milhões de recursos próprios ao Fundo Estadual de Assistência Social para serviços, o que é incompatível com a realidade dos municípios.

Vamos transformar o Paraná, com um SUAS fortalecido e integrado com as demais políticas públicas que reduzem a pobreza, a fome, as desigualdades, e protegem a população. Precisamos eleger Requião e Lula para viabilizar o retorno das políticas sociais e do SUAS, para que a população paranaense tenha apoio profissional especializado, com atenções qualificadas, para que se fortaleça, construa seus projetos de vida e as lutas sociais por mais direitos, sempre com forte protagonismo social e popular.

Para que possamos alcançar um novo tempo de direitos materializados na vida da população paranaense, um conjunto amplo de ações deverá ser empreendido, dentre as quais podemos destacar:

- Revitalizar, qualificar e cofinanciar a rede socioassistencial e das unidades públicas: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CentroPop), Acolhimentos e novas unidades e serviços de atenção às famílias paranaenses, considerando as desigualdades e desproteções das distintas regiões e/ou territórios, o que inclui a instalação de serviços integrados entre as políticas sociais, no atendimento às situações relacionadas aos ciclos de vida, isolamento social,

falta de acesso, situações de violência e violações de direitos que atingem as mulheres, a população negra, LGBTQIA+, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas e com deficiência, povos indígenas, povos tradicionais, migrantes, dentre outros grupos populacionais;

- Reconhecer como responsabilidade pública, a prevenção e o combate às situações de violência contra crianças e adolescentes e ao trabalho infantil, respondendo a Carta Constitucional e aos Direitos da Criança e do Adolescente e as convenções nº 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificadas pelo Brasil, em articulação com os demais poderes da República e o conjunto dos atores do Sistema de Garantia de Direitos e Movimentos Sociais;
- Ampliar as ações voltadas aos adolescentes e jovens no âmbito da política de assistência social, visando o fortalecimento de vínculos, a convivência, a expressão e o engajamento, a inclusão social e a ampliação de direitos e políticas públicas que promovam mobilidade social e protagonismo juvenil;
- Assegurar, na esfera estadual, o atendimento integral às pessoas em situação de rua, migrantes e povos indígenas, priorizando o acesso à moradia como primeiro passo para a garantia do direito à cidade, inclusão produtiva e acesso à renda, aos serviços de saúde, educação, cultura, segurança alimentar, dentre outros;
- Fortalecer e priorizar no estado do Paraná as ações no âmbito do SUAS que visem o acolhimento, acompanhamento, prevenção e o combate às diversas formas de violência contra as mulheres, por meio de ações preventivas e ações integradas nos serviços do SUAS e em articulação com o sistema de justiça e órgãos de defesa de direitos, com as demais políticas sociais, movimentos sociais e organizações relacionadas às políticas para as mulheres;

- Integrar a política estadual de assistência social (SUAS) com ações articuladas relativas ao cuidado voltado para pessoas idosas, com deficiência e crianças, fortalecendo o serviço de atenção nos domicílios, em parceria com a saúde e potencializando as ofertas dos serviços e benefícios socioassistenciais, principalmente aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Garantir segurança de renda às famílias que vivem em situação de pobreza, por meio da implantação de programa estadual de transferência de renda, integrado com arranjos produtivos locais, para a garantia de políticas permanentes e efetivas de geração de renda e segurança alimentar e nutricional, em substituição a projetos pontuais como o “Comida Boa”;
- Implantar, de forma participativa, o plano de Educação Permanente do SUAS, com oferta de cursos de mestrado e especialização, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, voltado às(aos) trabalhadoras(es) (de setores governamentais e não governamentais), de modo a qualificar os serviços e integrar ações de valorização do trabalho social no Paraná, bem como ações de gestão do trabalho para desprecarizar vínculos e assegurar concursos públicos no estado;
- Promover o fortalecimento, a autonomia e a valorização dos Conselhos Estadual e Municipais de Assistência Social, conferências, fóruns e outros espaços de deliberação e de pactuação, com estratégias de democratização, garantindo a participação de representações das diversidades entre os vários segmentos (população negra, povos indígenas, comunidades tradicionais, LGBTQIA+, mulheres, jovens, adolescentes, crianças, idosos(as), pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua, migrantes, dentre outros grupos populacionais), e instituir novos formatos de participação popular e de controle social, de modo a restabelecer, aprofundar e ampliar as relações democráticas e populares no âmbito da política de Assistência Social, com ênfase em comitês e fóruns populares de usuárias(os);

- Fortalecer a Política Estadual de Assistência Social, concentrando os recursos do cofinanciamento no Fundo Estadual de Assistência Social, com efetivo reordenamento dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, considerando que o mesmo retirou recursos das políticas setoriais e de direitos e não promoveu o fortalecimento de políticas permanentes;
- Regulamentar e cofinanciar com recursos próprios, na esfera estadual, a regionalização dos serviços socioassistenciais de proteção social especial para os municípios abaixo de 20 mil habitantes, que não têm cofinanciamento ou CREAS e unidades de acolhimento, estruturando modalidades e formas de cofinanciamento para serviços municipais e/ou regionalizados de média e alta complexidade, respeitando-se as diversidades regionais (CREAS, Casa de Passagem, Centro Dia), subsidiando financeiramente os programas de Guarda Subsidiada destinada à proteção de pessoas idosas, crianças e adolescentes e pessoas com deficiência que não possuem vínculo familiar, pessoas idosas em Instituições de Longa Permanência, com histórico de ausência de vínculo familiar e vulnerabilidade financeira, além da criação de casas de passagem regionais para atender a população em situação de rua e mulheres em situação de violência. É preciso, ainda, adequar a lógica de cofinanciamento de pisos e incentivos por cofinanciamento nos blocos da proteção social básica e da proteção social especial, com universalização do cofinanciamento da proteção social básica;
- Implantar serviços socioassistenciais regionalizados, e/ou ampliação nas regiões metropolitanas, com concentração das regiões de municípios de pequeno porte, até 20 mil habitantes, para atendimento de demandas como: Casa de Passagem, Abrigo para Mulheres em Situação de Violência, Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua, República para Jovens, Residência Inclusiva para Pessoas com Deficiência e Instituições de Longa Permanência;



- Criar a Secretaria Estadual de Assistência Social com o comando único da política, responsável por coordenar, implementar, cofinanciar serviços e benefícios com recursos próprios, revitalizar os Escritórios Regionais, assessorar e garantir o acesso aos serviços e benefícios do SUAS nos 399 municípios do Paraná.

## **CULTURA**

A concepção antropológica de cultura deve ser firmada como pilar das políticas públicas para a cultura no estado do Paraná. Essa concepção abarca todos os patrimônios culturais de um povo e dos seus grupos sociais formadores, em suas dimensões material e imaterial, entendendo a língua, a religião, as lendas, tradições, identidades e a própria linguagem e seus desdobramentos como manifestações culturais.

A cultura não se resume às expressões artísticas propriamente ditas, mas a toda e qualquer interação humana oriunda da comunicação, inclusive simbólica, entre os indivíduos. Assim, a concepção de políticas culturais precisa partir do princípio de que toda instituição ou grupo ou setor social (parte do povo) tem uma política para a cultura. Por outro lado, não basta ofertar arte e cultura, mas socializar as demandas e as necessidades da diversidade social.

Portanto, as políticas públicas para as artes e culturas, em sua forma plural, devem levar em conta: a) a diversidade cultural presente nos meios sociais; b) questões relacionadas a aspectos econômicos; c) difusão de informação através dos meios de comunicação de massa; d) fomento a montagens/apresentações de espetáculos e produtos derivados; e) reconhecimento de identidades locais; f) circulação das produções artísticas e culturais.

O estado do Paraná não possui, neste momento, uma secretaria de cultura que possa colocar em prática uma política para o setor. Portanto, é imperativa a recriação da Secretaria Estadual de Cultura do Paraná, enfatizando o



dever do poder público em promover a cultura como instrumento estratégico de crescimento da sociedade e do país. São propostas:

- Lutar pelo fortalecimento dos equipamentos culturais, dos recursos humanos dedicados à área e orçamento público destinado à mesma;
- Elevar o orçamento da Cultura no Paraná, com repasse Fundo a Fundo, como prevê o Sistema Nacional de Cultura;
- Regionalizar a administração da Cultura no estado do Paraná;
- Tornar o Observatório da Economia Criativa uma política estatal de monitoramento das políticas públicas da cultura;
- Estabelecer o dinamismo da cultura em nível estadual, com inspiração na Lei Cultura Viva nacional;
- Interiorizar o debate sobre as políticas culturais;
- Reestruturar todos os mecanismos existentes no Paraná, incluindo o Fundo de Cultura Estadual e todas as áreas da cultura.
- Propor mecanismos de democratização de acesso e elaboração de projetos; programas de proteção ao produtor cultural; fomento à produção cultural descentralizada e periférica, inclusive das comunidades indígenas, focando também o patrimônio imaterial, conforme preceito constitucional;
- Propiciar orientação à bancada estadual legislativa sobre o tema, mediante diálogo permanente, por meio de uma comissão de estudos a respeito do tema; estudo de legislação trabalhista e previdenciária para os produtores culturais; levantamento de produtores culturais periféricos;
- Desburocratizar os editais da cultura para facilitar o acesso;

- Lutar pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC) e subsistemas (museus, arquivos etc.) e pelo aprofundamento/ramificação/interiorização das discussões nos municípios de todo o estado.

## **ESPORTE E LAZER**

O esporte e o lazer são entendidos neste plano como dimensões da vida, especialmente da juventude, que determinam a qualidade de vida do conjunto da sociedade. Dimensão que se relaciona com a educação, uma vez que promove a formação integral do ser humano e também com a dimensão da saúde, entendida aqui neste plano como estado de bem-estar físico, mental e social.

O esporte e o lazer constituem espaços de sociabilidade que ajudam na formação da identidade comunitária e no desenvolvimento do sentimento de pertença, fundamental para o desenvolvimento da fraternidade como valor social. Nesse sentido, o acesso ao esporte e ao lazer deve constituir-se como parte da estratégia do combate à violência e da formação da cidadania, da superação da desigualdade social e racial e deve ser promovido pelo Estado. Neste sentido, propomos:

- Ampliar o acesso a espaços de esporte e lazer, especialmente nas áreas do estado com maior vulnerabilidade social;
- Elaborar um planejamento de acesso ao esporte e ao lazer integrado às políticas de educação e de saúde;
- Estimular e desenvolver atividades que já fazem parte da cultura local, em parceria com os municípios e organizações comunitárias;

- Estimular, em parceria com os municípios e através de planejamento regional, a prática do esporte de alto nível como parte do exercício do orgulho regional.

## **HABITAÇÃO E ACESSO À TERRA URBANA E RURAL**

A habitação é um dos direitos humanos fundamentais. A existência de ocupações irregulares, com suas consequências sociais, sanitárias e ambientais é um escândalo que escancara a reprodução da desigualdade no Brasil. É também uma oportunidade, na medida em que é a linha de trabalho governamental com maior impacto no enfrentamento das desigualdades sociais e na melhoria das condições de vida do paranaense.

O acesso a uma moradia digna, com conforto e segurança, é a primeira linha de proteção à família e deve ser considerado pelo Estado como direito de todos e todas. Nesse sentido, colocaremos todos os nossos esforços para, em parceria com os municípios, promover o acesso a esse direito para todos(as) os (as) paranaenses. São nossas propostas:

- Recuperar a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) como uma empresa pública, comprometida com o desenvolvimento social do estado do Paraná;
- Desenvolver, com as universidades paranaenses, tecnologias de barateamento do custo das habitações sociais e que favoreçam a autoconstrução planejada;
- Envolver a sociedade civil em projetos de habitação social, levando em consideração que a moradia é um direito social e uma responsabilidade do conjunto da sociedade;
- Capacitar e apoiar os municípios na aplicação dos instrumentos já existentes no Estatuto das Cidades, como a implantação de Zonas Especiais de Interesse Social.

- Viabilizar mecanismos adequados de financiamento para cada tipo de público, em especial para a população com maior vulnerabilidade;
- Articular os programas de habitação com planos de desenvolvimento comunitário, em que projetos de geração de trabalho e renda, de assistência social, de segurança e superação de conflitos possam viabilizar a construção de comunidades baseadas na solidariedade social;
- Viabilizar, com especial atenção, programas de autoconstrução comunitária, articulando o planejamento e recursos do estado com a organização integral da comunidade;
- Articular os recursos necessários para a promoção da regularização fundiária, buscando a eliminação de aglomerados sociais em áreas de risco e de baixa qualidade de vida.
- Organizar os processos de regularização fundiária, com diálogo e acompanhamento assistencial, articulando a organização desses territórios com programas sociais como o “Leite das Crianças”, o “Luz Fraterna”, o “Tarifa Social da Água”, além de programas de geração de trabalho e renda, economia solidária e outros;
- Retomar os programas de Habitação Social, Urbana e Rural, articulados com programas de acesso ao saneamento básico, transporte, escola e demais serviços públicos.

## **SEGURANÇA E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

A segurança pública é um direito fundamental e sua conservação e promoção se dará por meio da implementação de políticas públicas intersetoriais pautadas pela valorização da vida e da integridade física, pela articulação entre

prevenção e uso qualificado da ação policial, pela transparência e pela participação social.

Através de ações de atenção às vítimas e priorização da prevenção de crimes, deve-se qualificar a investigação e o processamento de crimes e violências contra mulheres, crianças e adolescentes, juventude negra, periférica, povos indígenas e população LGBTQIA+. É fundamental uma política coordenada e integrada em todos os níveis para a redução de homicídios, envolvendo investimento, tecnologia, enfrentamento do crime organizado, além de políticas públicas específicas para as populações vulnerabilizadas pela criminalidade.

A valorização do profissional de segurança pública será um princípio orientador de todas as políticas públicas da área. Serão implementados canais de escuta e diálogo com os profissionais, programas de atenção biopsicossocial, e ações de promoção e garantia do respeito das suas identidades e diversidades.

Juntas e juntos venceremos a ameaça totalitária, o ódio, a violência, a discriminação e a exclusão que pesam sobre o nosso país, em um amplo movimento em defesa da nossa democracia. São propostas:

- Garantir a aplicação efetiva dos preceitos de Direitos Humanos em cada fase da atividade policial;
- Elaborar um programa emergencial de diagnóstico e enfrentamento do feminicídio e de crimes contra a população negra e LGBTQIA+;
- Realizar concursos públicos para os cargos da Polícia Judiciária, que estão paralisados com a criação de delegacias voltadas para atender, quase que exclusivamente, flagrantes;
- Manter-se contra a privatização de quaisquer serviços relativos às atividades do Departamento de Polícia Penal (DEPEN) e demais atividades da Segurança Pública;

- Aprimorar os planos de prevenção e enfrentamento de violências contra vulneráveis, mulheres, população LGBTQIA+, idosos(as), indígenas, pessoas negras e jovens;
- Valorizar as Guardas Municipais no plano global de Segurança Pública, mediante a promoção da regulamentação da Lei das Guardas Municipais, aprimorando as atividades de Segurança Pública de proximidade, em benefício da população e em apoio ao atendimento das Patrulhas Maria da Penha;
- Resgatar e ampliar a rotina de policiamento comunitário, como mais uma medida de polícia de proximidade;
- Valorizar as atividades de polícia científica e serviço de inteligências e instituir mecanismos de bloqueio do uso desse aparato com fins persecutórios, políticos ou de controle social abusivo;
- Desvincular as Corregedorias de suas respectivas polícias, com o propósito de impedir o uso indiscriminado de procedimentos administrativos persecutórios e a impunidade;
- Instalar câmeras no fardamento dos Policiais Militares, sem restrição temporal de pesquisa de imagens;
- Instituir a capacitação obrigatória sobre saúde mental aos servidores das Forças de Segurança;
- Reforçar as atividades da Força Verde e Força Verde Mirim, colocando a Segurança Pública em defesa do meio ambiente e dos animais silvestres;
- Planejar e fiscalizar o transporte de produtos perigosos: ação da Segurança;
- Restabelecer o Projeto Povo, com módulos móveis da Polícia Militar para cobrir os bairros de nossas cidades, com o reequipamento

de veículos, armas e instrumentos eletrônicos e de informática para uma perfeita execução de suas tarefas;

- Retomar o programa Bombeiros Comunitários e as Patrulhas Rurais;
- Fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança, os Consegs, inserindo-os de forma efetiva na definição e execução da política de segurança;
- Regulamentar a formação em curso superior, corrigindo o vencimento dos policiais, conforme os editais que exigem essa qualificação;
- Revitalizar o Serviço de Saúde ao Servidor;
- Providenciar equipamentos e armamentos adequados para o biótipo das mulheres policiais;
- Combater a impunidade relativa aos assédios morais e sexuais em desfavor das mulheres policiais;
- Criar uma política efetiva de prevenção ao assédio moral e sexual nos ambientes policiais;
- Combater a violência institucional em desfavor de crianças e adolescentes.

## **DIREITOS HUMANOS DA FAMÍLIA**

O cuidado com a família deve ser feito com um olhar transversal a todo o planejamento do governo. A promoção das famílias deve estar no horizonte de todas as secretarias, pois ela interage com os objetivos da educação, da saúde, da assistência, da cultura, da segurança e de outras. Propomos, então, a criação de uma assessoria especial, ligada ao gabinete do governador, que dialogue com todas

as secretarias e seus planejamentos para garantir a centralidade das famílias nas ações governamentais. Nesse sentido, propomos os seguintes objetivos prioritários:

- A proteção e o cuidado das crianças e suas infâncias, especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade, garantem o acesso às políticas públicas e o direito ao brincar;
- Assegurar às crianças saúde, alimentação, educação e bem-estar, garantindo prioridade absoluta da promoção dos direitos da criança e do adolescente, erradicando a fome, combatendo a miséria e proporcionando perspectiva de futuro;
- Enfrentar com firmeza todas as formas de exploração infantil no trabalho, de exposição à violência, de exploração sexual e todas as formas de preconceito e discriminação;
- No outro extremo, garantir à nossa população um envelhecimento ativo, saudável e participativo, com a ampliação e o fortalecimento dos serviços necessários na rede de cuidados;
- Considerar as estruturas familiares no planejamento do desenvolvimento do estado do Paraná para garantir trabalho e renda e dignidade em todas as fases do desenvolvimento familiar, inserindo as famílias na capacitação profissional, nos programas de geração de emprego e nas políticas de economia solidária;
- Garantir às famílias o acesso às condições fundamentais de cidadania, em programas como luz fraterna, segurança alimentar, saneamento básico etc.

## **DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+**

Constatamos ainda que, infelizmente, também no Paraná, muitos de nossos irmãos e irmãs paranaenses continuam a ser agredidos moral e fisicamente,



ou até mortos, por causa de sua orientação sexual. Consideramos um dever de Estado a garantia de direitos e o respeito à cidadania da população LGBTQIA+. Também neste tema, trata-se de uma ação que dialoga com as demais políticas públicas de Estado, como educação, saúde, assistência social etc. Assim, propomos:

- A criação de uma assessoria especial que promova o diálogo e garanta, nas mais diversas secretarias, a atenção necessária aos direitos de cidadania à população LGBTQIA+;
- O combate firme a toda forma de discriminação e desrespeito à cidadania da população LGBTQIA+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão;
- A promoção da inclusão da população LGBTQIA+ nas políticas públicas de saúde, de educação, nas diversas formas de geração de trabalho e renda e o reconhecimento do direito à sua identidade de gênero e sua expressão.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A garantia dos direitos e o respeito às pessoas com deficiências é condição fundamental na construção de uma sociedade baseada na justiça e na fraternidade. Para garantir esses objetivos o Estado deve assegurar às pessoas com deficiência e suas famílias o acesso à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e à inserção no mundo do trabalho. Para isso, propomos:

- Orientar as políticas públicas para romper as barreiras do capacitismo para assegurar a todos os brasileiros inserção social, oportunidades e autonomia;
- Criar mecanismos de participação para ouvir as pessoas com deficiências em suas necessidades e promover políticas públicas para sua plena inclusão;

- Investir em pesquisa e inovação para assegurar às pessoas com deficiência acesso a tecnologias assistivas, aumentando suas oportunidades de integração em todas as esferas do governo e da sociedade.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES**

O primeiro elemento na formulação de políticas públicas para as *juventudes* é o reconhecimento de sua pluralidade econômica e cultural e o respeito a essa diversidade situacional. As juventudes, ao mesmo tempo em que exigem acompanhamento por parte do Estado, reivindicam participação e protagonismo na formulação das políticas públicas.

Uma sociedade solidária deve garantir à sua juventude um amplo leque de oportunidades de acesso à educação e à cultura, que permita a promoção social e oportunize a qualificação profissional e a geração de empregos de qualidade. Enfim, uma sociedade que garanta a todos e todas o direito a uma vida com dignidade e liberdade e, sobretudo, que favoreça a capacidade de sonhar e projetar o futuro.

Nesse sentido, propomos uma série de ações transversais ao conjunto de políticas públicas que se relacionem com as nossas juventudes:

- No nosso sistema educacional, vamos ampliar as oportunidades de capacitação profissional, especialmente (mas não exclusivamente) nas áreas de tecnologias emergentes;
- A busca ativa e reinserção de adolescentes que abandonaram o processo educacional, garantindo as condições básicas de sua permanência na escola;
- A implantação de um programa especial destinado aos jovens do campo para completar seu ciclo educacional e oferecer oportunidades adicionais de capacitação profissional;

- Implementar, em parceria com os municípios, centros de convivência e práticas de atividades culturais, artísticas e esportivas, com o objetivo de ampliar os horizontes de vida nas suas próprias comunidades.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EQUIDADE DE GÊNERO**

Quando se pensa em fortalecer a democracia brasileira, é preciso enfrentar o alarmante déficit democrático que consiste na absurda discrepância de representação feminina – sobretudo de representação feminina negra – nas instituições e espaços de poder, por meio da ampliação da presença de mulheres nas ciências, nas artes, na política, na gestão pública e no empreendedorismo.

Para isso, requer-se não apenas a implementação de políticas como as de cotas que promovam a paridade de gênero nas diversas instâncias institucionais, como também o cuidado em garantir os direitos das mulheres, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento intelectual e afetivo, e, sobretudo, protegendo-as da violência, para que possam alçar-se aos espaços de poder com confiança, em segurança e em pé de igualdade com os homens.

Dentre os problemas mais alarmantes que se interpõem à paridade de gênero está a violência de gênero, ou seja, a violência sofrida pelas mulheres pelo fato de serem mulheres, por parte de homens que as submetem aos seus desejos e não admitem sua autonomia. Os índices de feminicídio e de estupros no Brasil são alarmantes e inadmissíveis, sendo preciso caminhar de forma mais vigorosa no sentido da implementação de políticas que assegurem a proteção integral da dignidade humana das mulheres, assim como desenvolver políticas públicas de prevenção à violência, garantindo suas vidas, com investimentos em programas de proteção das vítimas, seus filhos e filhas, assegurando que não haja impunidade frente as agressões sofridas.

É preciso também fortalecer no SUS as condições para que todas as mulheres tenham acesso à prevenção de doenças e que sejam atendidas segundo as particularidades de cada fase de suas vidas.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

O tema das desigualdades raciais no Brasil implica diversas dimensões e se comunica com todas as políticas públicas: saúde, educação, cultura, trabalho e renda etc. A implementação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial é indissociável do combate à pobreza nas suas diversas dimensões, mas tem suas especificidades e dimensões culturais, como a permanente reprodução do racismo estrutural. Assim, não é somente o componente de renda que explica o permanente genocídio da juventude negra e a diferença no acesso a oportunidades de emprego.

O enfrentamento da desigualdade racial tem, portanto, ao menos duas dimensões: a do enfrentamento da reprodução da pobreza, por um lado, e, por outro, o enfrentamento da dimensão cultural, com a denúncia da permanência do racismo, que se expressa na violência policial contra a juventude negra e contra as expressões culturais de matriz africana. Nesse sentido, propomos:

- Uma orientação de todas as estruturas de governo para o combate ao racismo. O racismo constitui-se de forma estrutural na sociedade e impacta fortemente pessoas de diferentes grupos étnicos. Nesse sentido, é fundamental aprofundarmos a compreensão de quem são esses sujeitos, quais são suas especificidades étnicas, de que formas estão sendo sentidas as violações aos seus direitos e quais são as suas demandas;

- Considerar e respeitar as particularidades que envolvem os povos indígenas, a população negra, os territórios quilombolas e as populações tradicionais do estado do Paraná;
- Criar uma assessoria especial, ligada ao gabinete do governador e com capacidade de dialogar com todas as secretarias, para a implementação das políticas públicas de promoção da equidade racial. Esse espaço institucional deve ter como objetivo articular e acompanhar a elaboração e a execução de políticas públicas no estado, dentro dos mais variados temas, trabalhando em conjunto com outras instituições do poder público em nível municipal e federal;
- Criar um Fundo Estadual para a Promoção da Equidade Racial para financiar ações que visem o enfrentamento das desigualdades raciais;
- Dar atenção especial à promoção das ações ligadas à saúde indígena. Nesse sentido, promoveremos ações integradas à Secretaria de Saúde Indígena do Governo Federal, voltadas à saúde indígena, combate a epidemias e atenção ao saneamento nas cidades próximas e nos territórios indígenas no estado, bem como políticas de incentivo ao desenvolvimento, estudo e uso de sua medicina tradicional;
- Apoiar a formação e empregabilidade de profissionais de saúde indígena e viabilizar uma política de recuperação de indígenas em situação de alcoolismo, criando Centros de Recuperação ou CAPS nas Terras Indígenas, que considerem as especificidades culturais e a convivência com os pares;
- Em relação ao ensino superior, fortalecer a política de cotas raciais de acesso aos povos indígenas e estudantes negras(os) e implementar políticas de permanência nas nossas universidades e escolas técnicas;

- Promover, em conjunto com nossas universidades, projetos de sustentabilidade das aldeias indígenas do estado, articulando projetos que sejam idealizados e executados juntamente às aldeias e aos indígenas, mas também integradas aos centros urbanos, de maneira a atender os grupos em deslocamento;
- Ampliar o esforço de Titulação e Regularização dos territórios quilombolas do Paraná, processo fundamental para pensarmos o acesso à terra e o desenvolvimento econômico na área rural;
- Promover o fortalecimento das associações representativas de povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, reconhecendo que isso é imprescindível para o fortalecimento do estado solidário que queremos e de relevante importância para a zona rural e urbana;
- Em articulação com a Secretaria de Educação, promover a reabertura e qualificação das escolas do campo e a implementação de novas escolas em territórios indígenas e quilombolas. Além disso, é fundamental a preparação e formação contínua dos professores para enfrentar os desafios da educação nessas áreas;
- Promover, nessas comunidades, o acesso à informação e, neste momento de avanço tecnológico, a ampliação dos espaços de participação social on-line, a instalação de Internet e torres de telefone gratuitas em comunidades quilombolas e territórios tradicionais e garantir a participação social da população que vive nessas comunidades.

## **II. GESTÃO EFICIENTE E DEMOCRÁTICA**

Recolocar o Governo a serviço da população paranaense significa retomar uma filosofia de gestão pública que tenha o interesse da população

paranaense como norte principal, orientada por uma política de transparência nas decisões, com o funcionalismo público como parceiro e as novas tecnologias como ferramentas para garantir o aumento da eficiência e da produtividade na implantação das políticas públicas. Para isso, a gestão pública deve orientar-se por um planejamento consistente e construído a partir do diálogo com todos os setores da sociedade.

## **O FUNCIONALISMO PÚBLICO COMO PARCEIRO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO**

O principal agente de implantação das políticas públicas é um corpo de funcionários estáveis e capacitados. Na perspectiva neoliberal, o funcionalismo público é tratado como um problema para a “estabilidade fiscal” do Estado. Na nossa perspectiva, é justamente o contrário: um funcionalismo público motivado e bem orientado é a única forma de o Estado cumprir seus deveres constitucionais e servir de maneira eficiente aos cidadãos e cidadãs paranaenses.

Nas últimas gestões, o governo do Paraná dedicou-se a desmontar a estrutura de gestão do estado, entregando áreas essenciais à iniciativa privada, congelando os salários, tratando os servidores como inimigos e corroendo as condições de trabalho, especialmente pela falta de reposição dos servidores através da recusa em promover os necessários concursos públicos. Nessa perspectiva, propomos:

- Manter, ampliar e aprimorar os serviços públicos no estado do Paraná através da valorização dos servidores públicos;
- Dialogar permanentemente com o funcionalismo, garantindo a segurança da manutenção do poder aquisitivo do seu salário e uma política permanente de recuperação da qualidade do seu ambiente de trabalho;

- Planejar e implementar uma política salarial consistente, recuperando as perdas salariais das últimas gestões;
- Desenvolver um programa permanente de capacitação do funcionalismo público, envolvendo as universidades paranaenses e dotando o funcionalismo das mais modernas competências para o exercício de suas funções;
- Implementar no serviço público as mais modernas tecnologias para aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços oferecidos;
- Implementar um sistema de avaliação permanente, a partir dos objetivos definidos no planejamento, com a participação dos servidores como instrumento permanente de aperfeiçoamento da gestão.

## **EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E MODERNIZAÇÃO: O USO DA TECNOLOGIA PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA DA AÇÃO DO ESTADO**

Vivemos hoje na era da informação. A velocidade das transformações nos processos produtivos e decisórios nunca foi tão acentuada na história. Em particular, no momento em que a pandemia impôs certo isolamento, as tecnologias da comunicação foram sentidas pelo conjunto da população como uma onda a transformar as relações de vida e de trabalho. Reuniões virtuais, sistemas de gerenciamento de serviços, telemedicina e *home office* transformaram a rotina de trabalho em muitas áreas públicas e privadas.

As tendências tecnológicas atuais, como as diversas facetas de inteligência artificial, as tecnologias geoespaciais e de gestão territorial, o uso intenso dos dispositivos móveis, além de outras tecnologias, devem ser incorporadas ao serviço público com o objetivo de ampliar a participação popular na gestão, de aumentar a eficiência e a qualidade das políticas públicas e integrar e aproveitar a quantidade de informações socialmente disponíveis atualmente para superar os gargalos no processo de desenvolvimento do estado do Paraná.



Nessa direção, o estado do Paraná conta com diversos centros de desenvolvimento de tecnologia, com as universidades públicas e privadas e com uma empresa pública de tecnologia. Essas potencialidades devem ser direcionadas por um plano de desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, propomos:

- A construção de uma rede de desenvolvimento tecnológico, integrando os centros tecnológicos existentes;
- O incentivo à ampliação do uso da tecnologia nas diversas áreas do serviço público;
- A modernização da estrutura tecnológica à disposição do estado do Paraná, interligando os sistemas e ampliando os serviços;
- A disponibilização, através da CELEPAR, de sistemas tecnológicos partilhados com as prefeituras, que ampliem sua capacidade de gestão territorial;
- A disponibilização, através da CELEPAR e em parceria com entidades representativas, de sistemas de inteligência, de gerenciamento e de produção para aumentar a viabilidade das micro e pequenas empresas paranaenses.

## **O DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E SUAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS COMO MODO DE GESTÃO**

Temos consciência de que o desenvolvimento social supõe uma sinergia que envolva todos os atores sociais. O papel do governo é proporcionar esses encontros e orientar o conjunto social em torno de um planejamento socialmente construído. Nesse sentido, propomos:

- A retomada do diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil como método de gestão;

- A ampliação dos canais de participação social, inclusive com uso intenso da tecnologia;
- A implementação da transparência na construção das políticas públicas, com a restauração de todas as instâncias de participação social;
- A ampliação do acesso às informações públicas, no efetivo cumprimento da lei de acesso à informação, especialmente no que se refere à decisões públicas, como, por exemplo, as isenções fiscais atualmente concedidas sem a devida demonstração da contrapartida em benefício do conjunto social;
- A criação de canais, inclusive digitais, para democratizar e ampliar a discussão sobre a construção do orçamento estadual;
- Ampliar significativamente a transparência no trato da coisa pública como condição da realização das entregas públicas que possibilitem a concretização dos direitos constitucionais.

### **III. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL**

A grave crise civilizatória pela qual passa a sociedade brasileira requer medidas eficazes e, ao mesmo tempo, ousadas para criar uma prosperidade compartilhada. Serão necessárias medidas que retomem o desenvolvimento nacional por meio da mobilização democrática da sociedade e de seus recursos produtivos e organizacionais em benefício de toda a coletividade.

O Estado é o agente que possui as condições instrumentais para planejar, organizar, induzir e/ou executar as ações que colocarão em movimento as transformações sociais na direção da prosperidade compartilhada. Para tanto, o estado do Paraná precisa recuperar sua soberania; recuperar seus antigos instrumentos de planejamento, de mobilização de recursos e de execução de investimentos e/ou criar novos.

O Estado é que possui os aparatos materiais para as grandes transformações da sociedade, mas essa transformação não ocorre sem mobilização dos conhecimentos e das energias da sociedade civil. A nova onda de transformações precisará da mobilização permanente da sociedade civil, tanto na discussão do futuro, quanto na efetiva implementação das ações transformadoras.

Os desafios são enormes e são aqui compreendidos em quatro eixos que se entrelaçam: (1) eixo da recuperação, adequação e implementação de instituições estatais de planejamento e execução de políticas; (2) eixo da integração da comunidade nos processos decisórios do estado; (3) eixo da identificação dos problemas sociais e ambientais a serem solucionados ou evitados; (4) eixo das capacidades produtivas/técnicas e organizacionais necessárias para o enfrentamento e resolução dos problemas sociais e ambientais.

## **POLÍTICAS DE SOFISTICAÇÃO PRODUTIVA**

Reestruturar o estado do Paraná e suas instituições como centros de planejamento e organização do desenvolvimento.

É preciso recolocar os interesses da população como meta primária das empresas públicas do Paraná. As tarifas dos serviços de infraestrutura (energia, telecomunicações, saneamento e transportes) devem ser as mais baixas possíveis.

Até que o governo do estado retome o controle sobre as empresas públicas, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR) atuará como efetivo mecanismo de regulação dos serviços públicos, com base nos princípios da Transparência, Interesse Público, Metas de Universalização, Incorporação de Ganhos de Produtividade e Autonomia do Estado.

Além disso, as empresas públicas do Paraná tornar-se-ão centros de produção de soluções energéticas, de saneamento, de comunicações e de transportes. Junto das universidades e institutos de pesquisa sediados no Paraná, as empresas públicas do estado desenvolverão soluções para prestarem os serviços

públicos a 100% da população paranaense com tarifas baixas ao final dos quatro anos de governo.

Devemos retomar a capacidade de investimento e uso de toda a rede de fibra ótica para expandir e melhorar o acesso a todos os municípios no que se refere ao uso para educação, saúde, segurança e órgãos do governo (núcleos regionais). Deve-se ter em conta que um 1% de investimento em infraestrutura de banda larga tem um efeito multiplicador que contribui para o aumento do PIB em até 10%.

A prestação dos serviços públicos de qualidade e com tarifas baixas na ponta de uso busca a melhoria efetiva da qualidade de vida. Entretanto, a imediata retomada de obras de infraestrutura funcionará como uma grande locomotiva que colocará em movimento os demais setores da economia, em função da ampla demanda agregada e da redução de custos para os demais setores da economia.

As universidades públicas e os institutos de pesquisa do Paraná terão papel central na reorganização da atuação do estado. A permanente articulação numa perspectiva sistêmica entre IPARDES, TECPAR, IAPAR, EMATER, FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA e universidades estaduais e federais do estado do Paraná proverão o conhecimento necessário para produzir as soluções técnicas na produção e na organização dos recursos públicos de infraestrutura física e social. Essa articulação sistêmica fundamentará a atração e transformação do estado do Paraná em um grande sistema estadual de inovação, atraindo e incentivando a formação de *startups* e empreendimentos de alta intensidade tecnológica. Essa perspectiva contempla fortemente o estímulo aos sistemas locais, aglomerações e arranjos produtivos locais (APLS).

Dentro dessa articulação sistêmica de fortalecimento dos órgãos de Estado para a elaboração e execução de políticas públicas, a CELEPAR retornará como principal provedor de soluções de TI para o governo, os municípios e as comunidades. Neste momento, em que prolifera nos municípios o conceito de Cidades Inteligentes, é fundamental o estabelecimento de um Plano Estadual de

Cidades Inteligentes focado sobretudo na abertura dos dados e sistemas livres, além da provisão de infraestrutura física para o acesso da população aos meios digitais em ambientes públicos.

Retorno da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e fortalecimento da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. Retomar de imediato editais de pesquisas, focando em temas de interesses relevantes para o desenvolvimento paranaense. Recuperação das capacidades de pesquisas e da pós-graduação nas universidades estaduais.

Por meio dessa articulação, juntamente com o envolvimento de entidades empresariais e de trabalhadores, como a FIEP, a FETAEP, a FAEP, o OCEPAR, o MST e a UNICOPAS, o governo promoverá articulação focada no desenvolvimento local, identificando as potencialidades locais de produção, desenvolvendo soluções locais e treinamento dos trabalhadores e produtores locais de forma a melhorarem seus processos e produtos. É necessário que se reconstrua e se fortaleça a economia solidária, baseada no protagonismo, na transversalidade, na cooperação e na autonomia, para que esse arranjo econômico possa ser um instrumento eficaz de inclusão social, contribuindo para a geração de renda da legião de desempregados e de excluídos do mercado de trabalho. Será necessária a criação de uma pasta específica na estrutura do governo estadual para operacionalizar, criar e expandir políticas públicas que fomentem a economia solidária, articulem-se com ações transversais e dialoguem com os movimentos sociais.

Considerando os princípios regulatórios mencionados acima, é necessário fortalecer a atuação do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER) no controle da gestão da malha rodoviária, intensificando os investimentos em manutenção, qualificação e expansão de nossa estrutura rodoviária. Somos contra a privatização indiscriminada dos serviços públicos e de infraestrutura em geral. Assim, propomos:

- Apresentar propostas, junto ao Governo Federal, para implantar uma malha ferroviária com tecnologia de alta velocidade para passageiros e transporte de cargas internas ao território paranaense.
- Combater imediatamente a fome e estimular a produção de alimentos, com apoio à agricultura familiar, por meio de crédito e garantia de mecanismos de compra e distribuição.
- Retomar imediatamente a política de estoques reguladores. Para isso, é urgente o fortalecimento dos núcleos regionais da Secretaria de Agricultura e da extensão rural (EMATER).
- Renegociar a dívida do estado do Paraná com o Tesouro Nacional, de forma a trocar pagamentos do serviço da dívida (aproximadamente R\$680 milhões por ano ou cerca de R\$10 bilhões a dívida total com o Tesouro) por investimentos no estado. O financiamento do investimento é uma decisão que gera desenvolvimento e todos os demais efeitos positivos sobre renda e emprego. Desse modo, o financiamento deve vir dos mais diversos mecanismos de transferência do Governo Federal (que não possui restrições financeiras como o nível estadual), fundos e bancos de desenvolvimento. Especificamente, deverá ser incluída uma rubrica orçamentária específica para a criação de um fundo para a Economia Solidária, monitorado pelo Conselho Estadual de ES.
- Conceder créditos de carbono para serem usados no abatimento da dívida ativa de devedores do estado do Paraná. Pessoas físicas e jurídicas poderão obter créditos de carbono ao adotarem soluções energéticas e de transporte que reduzam a produção de CO2 em residências, fábricas, estabelecimentos comerciais e rurais.

## **GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

A geração de postos de trabalho registrados e qualificados e a valorização dos salários são prioridades. Embora não sejam altos os índices oficiais de desemprego no Paraná em 2022 (6,8% no primeiro trimestre, segundo o IBGE), o rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas caiu 11,7% no ano de 2021, ou seja, de R\$ 3.143,00 para 2.775,00 (IBGE, PNAD). Houve queda também da massa de rendimento real dos trabalhadores ocupados em 6,6%.

Essas quedas na renda média e na massa de rendimentos revelam os efeitos da política neoliberal em nosso estado: a desvalorização do salário e a concentração relativa de renda. Nesse cenário, é imperativa a geração de postos de trabalho mais qualificados, vinculados ao setor de serviços, à indústria e ao setor público, que agreguem mais valor ao produto e garantam melhor remuneração às trabalhadoras e trabalhadores integrados(as) ao sistema protetivo social e previdenciário. É urgente reverter o processo de precarização crescente do trabalho. Propomos:

- Aumentar o piso estadual do salário-mínimo regional em todas as suas áreas;
- Fortalecer as cadeias produtivas do futuro, com estímulo às novas competências tecnológicas;
- Criar um plano estadual de formação e qualificação de trabalhadores e de técnicos de nível médio e superior, para que o Paraná possa oferecer mão de obra altamente especializada para o mercado de trabalho como fator de atração de investimento na área da tecnologia e inovação;
- Estimular, por meio de incentivos fiscais, que novas empresas ou aquelas já estabelecidas, em especial as pequenas e microempresas, criem empregos;

- Valorizar a organização sindical de todas as classes de trabalhadores(as), respeitando a autonomia e incentivando a democratização no sistema de relações de trabalho;
- Criar programas de desenvolvimento competitivo do pequeno varejo nas regiões metropolitanas do estado, por meio de inclusão digital e capacitação gerencial;
- Recuperar a defasagem salarial do servidor público;
- Promover ambiente em que empreendedores individuais, sociais e o cooperativismo em geral contem com um mosaico de oportunidades que assegure crédito facilitado, assistência técnica e, em gestão, acesso à tecnologia, prioridades em compras públicas e superação da burocracia;
- Estimular a economia solidária, a economia criativa e o empreendedorismo social, que têm elevado potencial de inclusão produtiva, geração de renda e inovação social;
- Estimular o desenvolvimento local por meio das atividades econômicas vocacionais;
- Fomentar e fortalecer redes e cadeias produtivas e outras iniciativas de cooperativismo, de facilitação do acesso a mercados e ao crédito e de estímulo à inovação;
- Na geração de emprego, as grandes locomotivas são: a) as pequenas obras de infraestrutura (instalação de hortas escolares, espaços de trabalho conjunto, desenvolvimento e instalação de painéis solares e bibliotecas comunitárias); b) a construção e a manutenção de áreas de lazer para crianças e jovens, áreas de pedestres e ciclovias e serviços de aplicativos cooperados da comunidade; c) os programas de reciclagem (reutilização e coleta de lixo); d) os cuidados com pessoas (assistência a idosos(as), programas de contraturno e programas



especiais para crianças, cuidados com mães adolescentes, jovens em situação de risco, ex-presidiários e pessoas com deficiência);

- Combater a precarização do trabalho, em especial o trabalho por plataforma digital nos grandes centros urbanos, apresentando alternativas reais para essa nova classe trabalhadora.

## **TURISMO**

O Turismo é uma indústria que contribui fortemente para a geração de trabalho e renda, por isso receberá da nossa gestão toda a atenção ao seu desenvolvimento. Embora o Paraná tenha alguns dos destinos turísticos mais importantes do país, como as Cataratas do Iguaçu e Vila Velha, uma parte importante do seu potencial continua inexplorado. O planejamento em turismo é bastante singular, porque não é possível aplicar receitas prontas, mas é fundamental conhecer as características regionais para descobrir suas potencialidades e como elas podem ser estimuladas. O planejamento em turismo deve, portanto, considerar as dimensões dos recursos naturais e culturais e suas ações devem estar articuladas, com o planejamento em meio ambiente e com os planos culturais. Em especial, o planejamento do fomento turístico deve estar articulado à melhoria da qualidade de vida da população local e com a sustentabilidade ambiental.

Além disso, o turismo deve ser visto como uma das formas de promover o conhecimento e sua identificação com o espaço e sua gente. Nesse sentido, deve ser uma atividade acessível a toda a população paranaense. A atividade turística não apenas como atividade econômica, mas como extensão do bem viver dos paranaenses. Tendo isso como parâmetro, são propostas:

- Modernizar a gestão do turismo no Paraná;
- Reorientar o planejamento em turismo de maneira a tornar a atividade um instrumento de inclusão social;

- 
- Articular o planejamento em Turismo com o planejamento de recuperação ambiental;
  - Aproveitar a diversidade étnica e cultural do Paraná como destinos e experiências turísticas;
  - Melhorar a comunicação da apresentação de roteiros turísticos, ampliando as oportunidades e destinos e divulgando as oportunidades existentes em pequenas comunidades.